



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CAMILLY LORRANE FEITOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SUMÉ-PB**

**SUMÉ - PB
2025**

CAMILLY LORRANE FEITOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SUMÉ-PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corcino.

SUMÉ - PB

2025



S586e Silva, Camilly Lorrane Feitosa da.
Educação inclusiva: sala de Atendimento
Educativo Especializado (AEE) nas escolas
municipais de Sumé-PB. / Camilly Lorrane Feitosa da
Silva. - 2025.

43 f.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.
Trabalho de Conclusão de Curso modalidade Artigo
- Universidade Federal de Campina Grande; Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Educação inclusiva. 2. Atendimento Educativo
Especializado. 3. Educação especial. 4. Sumé-PB -
sala de atendimento educacional especializado. I.
Corsino, Kevin Ferreira. II. Título.

CDU: 35:37(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CAMILLY LORRANE FEITOSA DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SUMÉ-PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Kevin Ferreira Corcino.
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Thales Fabrício da Costa e Silva
Examinador Externo - CCJS/UFCG**

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.
Examinador Interno - UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 07 de abril de 2025.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir vivenciar tantos momentos ao longo desse ciclo e por me manter forte em momentos que achei que não seria capaz.

Em especial, agradeço ao meu esposo José Eduardo por sempre me apoiar e ser meu porto seguro em todas as fases da minha vida, inclusive, durante todo o curso. Agradeço ao meu filho, que mesmo diante de tanta inocência me fortalece diariamente e faz com que eu esteja sempre buscando evoluir.

À minha mãe Daniele, à minha tia Poliana e a minha sogra Aparecida, minha eterna gratidão por serem minha rede de apoio e cuidarem do meu filho para que eu pudesse assistir às aulas e cumprir com minhas responsabilidades acadêmicas, sem a ajuda de vocês, minha formação não seria possível.

À minha amiga Jucy, que viveu comigo essa trajetória, obrigada por todo apoio e por sua amizade, aprendi muito com você durante esse período.

À coordenadora, profissionais de AEE e mães, gratidão pela contribuição com minha pesquisa.

Ao meu orientador e professor Dr. Kevin Ferreira Corcino, pelos ensinamentos durante a construção deste trabalho, muito obrigada. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte dessa jornada e contribuíram para o meu aprendizado e minha formação.

A todos que de alguma forma contribuíram para que esse momento fosse possível, meu agradecimento.

Dedico este trabalho ao meu esposo José Eduardo
e ao meu filho Anthony Martins.

RESUMO

A Educação Inclusiva está inserida em um contexto que visa eliminar discriminações contra alunos com necessidades especiais, os quais frequentemente enfrentam barreiras no acesso ao sistema público de ensino. Nesse sentido, torna-se fundamental o reconhecimento, tanto pelo setor público quanto pela sociedade como um todo, da importância do atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, além daqueles com altas habilidades ou superdotação. Esse reconhecimento é essencial para garantir o desenvolvimento intelectual e social desses indivíduos. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo evidenciar a relevância da Educação Inclusiva por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais de Sumé, na Paraíba, bem como analisar os desafios enfrentados para sua efetiva implementação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa, na qual se adotou a técnica de entrevistas semiestruturadas. Esse procedimento metodológico possibilitou a identificação dos principais obstáculos na implementação do AEE nas escolas da rede municipal de ensino, contribuindo para uma reflexão mais aprofundada sobre a temática.

Palavras-chave: Educação inclusiva; necessidades especiais; atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

Inclusive Education is part of a context that aims to eliminate discrimination against students with special needs, who often face barriers in accessing the public education system. In this sense, it is essential that both the public sector and society as a whole recognize the importance of specialized educational services for students with disabilities, severe learning and/or behavioral disorders, as well as those with high abilities or giftedness. This recognition is essential to ensure the intellectual and social development of these individuals. Given this scenario, this study aimed to highlight the relevance of Inclusive Education through Specialized Educational Services (AEE) in municipal schools in Sumé, Paraíba, as well as to analyze the challenges faced for its effective implementation. To this end, explanatory research was conducted, with a qualitative approach, in which the technique of semi-structured interviews was adopted. This methodological procedure made it possible to identify the main obstacles in the implementation of AEE in schools in the municipal education system, contributing to a more in-depth reflection on the subject.

Keywords: Inclusive education; special needs; specialized educational service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quais os principais desafios enfrentados na implementação do AEE na sua escola.....	22
Quadro 2 - A escola possui uma estrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento?.....	23
Quadro 3 - Você se considera devidamente capacitado para atuar no AEE? Por quê?...	25
Quadro 4 - O que você entende sobre o AEE?.....	26
Quadro 5 - Há uma comunicação ativa entre a escola e sua família sobre o AEE?.....	27
Quadro 6 - Na sua concepção, seu filho(a) recebe um atendimento adequado no AEE? Qual o nível de dificuldade enfrentado pelo seu filho(a) para o acesso aos recursos do AEE?.....	28
Quadro 7 - Seu filho possui acesso a uma SRM na escola em que estuda? Se sim, a SRM possui os recursos adequados para o desenvolvimento do seu filho?.....	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O AEE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	12
2.1	POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	12
2.2	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM).....	14
2.3	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	15
2.4	IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO AEE EM MUNICÍPIOS.....	16
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	19
4	ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
4.1	PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS.....	22
4.2	PERCEPÇÃO DAS MÃES.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6	SUGESTÕES DE MELHORIAS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE.....	39

1 INTRODUÇÃO

É fundamental destacar, antes de tudo, a importância do desenvolvimento infantil na primeira infância, uma vez que essa fase é determinante para a formação de indivíduos reflexivos, críticos e socialmente engajados no futuro. Diante disso, entende-se que a educação infantil está atrelada a um conjunto de métodos de aprendizagem cujo intuito é desenvolver maior independência e autonomia nas crianças ressaltando a importância das escolas na primeira infância. Embora o desenvolvimento infantil possua padrões, cada criança possui um ritmo próprio e seu desenvolvimento não é algo presumível (Liberalesso, 2025).

Desse modo, no que diz respeito às crianças com dificuldades específicas advindas de transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e superdotação/altas habilidades, alguns desafios ainda permanecem no contexto da educação inclusiva na primeira infância, incluindo a ausência de formação específica, a falta de recursos e suporte adequados, além dos obstáculos estruturais e comportamentais existentes nas escolas (Torres *et al.*, 2025).

A Educação Inclusiva surge como uma ação política, cultural, social e pedagógica cujo intuito é a garantia do direito ao convívio social, aprendizado e participação de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas, sem quaisquer discriminações (Brasil, 2007). A política de educação inclusiva, segundo Araújo (2023), vem ganhando espaço quanto a sua importância no âmbito educacional de modo que garanta o acesso igualitário à educação de qualidade, além de exercer um papel essencial no que diz respeito a promover e implementar práticas de inclusão nas escolas.

A educação inclusiva visa garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade, independente de suas condições, com a promoção da diversidade, igualdade e justiça social. Nessa perspectiva, a inclusão não está relacionada somente ao ato de matricular alunos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação inclusiva refere-se ao ato de gerar oportunidades ao seu público-alvo através de adaptações necessárias e os devidos recursos para ampliar e potencializar o desenvolvimento e aprendizado do mesmo (Correa, 2024).

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um instrumento essencial para a efetivação da educação inclusiva, por meio de métodos que fortalecem a aprendizagem e o desenvolvimento do seu público-alvo. Esse atendimento busca garantir uma educação de qualidade, respeitando as particularidades de cada aluno (Morais, 2024). Nesse sentido, Patrício e Volpato (2020, p. 155) destacam que “o AEE tem como objetivo

apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, visando a sua autonomia dentro da escola e fora dela, bem como sua aprendizagem”.

Em 2011 foi estabelecido o Decreto nº 7.611 determinando que é dever da união apoiar de maneira técnica e financeira os sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, além de organizações não governamentais sem fins lucrativos em prol da ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BRASIL, 2011).

Em 2013 o Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB) publicou a resolução nº 080 com a definição de condições para a criação de Centros de Atendimento Especializado (CAE), tendo em vista o art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que determina as devidas instruções para a implementação do AEE na Educação Básica como modalidade de Educação Especial (PARAÍBA, 2013).

De acordo com informações do portal da Prefeitura Municipal de Sumé-PB, a primeira Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi inaugurada em março de 2017 na Escola Zélia Braz. O principal objetivo da iniciativa foi garantir que alunos com necessidades educacionais especiais tivessem acesso a um ambiente escolar inclusivo, bem como a um atendimento pedagógico adaptado às suas especificidades. Inicialmente, a sala foi estruturada para atender aproximadamente 20 alunos, dispondo de material didático-pedagógico adequado às suas capacidades, além do acompanhamento de uma professora especializada e uma auxiliar de sala, assegurando um suporte mais efetivo ao processo de aprendizagem desses estudantes.

Ainda de acordo com o portal da Prefeitura Municipal de Sumé-PB, diante do aumento no número de alunos com necessidades específicas e das preocupações manifestadas por familiares quanto à distância e à dificuldade de permanência no programa, o município expandiu o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para isso, implementou novas salas em outras escolas da rede municipal, tornando o atendimento mais acessível e garantindo um suporte pedagógico mais eficaz para os estudantes que necessitam desse serviço.

Essa ampliação do acesso ao AEE reflete a crescente demanda por esse tipo de serviço, exigindo que os municípios assegurem a inclusão e a permanência dos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar, evidenciando a importância de políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades educacionais. No entanto, a implementação desse programa em pequenos municípios, enfrenta desafios particulares, incluindo limitações orçamentárias, falta de profissionais especializados, dificuldades na adaptação da infraestrutura escolar e na oferta de materiais pedagógicos adequados, tendo em vista os aspectos teóricos relacionados a essa questão que serão abordados na seção 2, onde consta o referencial teórico, de acordo com autores como Oliveira (2020), Bergmann (2021), Nozu (2021) e Mota Rocha (2018).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo evidenciar a relevância da Educação Inclusiva por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais de Sumé, na Paraíba, bem como analisar os desafios enfrentados para sua efetiva implementação. Essa pesquisa se mostra necessária para compreender os desafios e avanços na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em pequenos municípios, especialmente em Sumé, na Paraíba. Investigar esse panorama é essencial para identificar as dificuldades enfrentadas.

Ademais, ao analisar como o município tem lidado com esses desafios, a pesquisa pode oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas locais, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, que garanta a permanência e o desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar. Com isso, tem-se a seguinte problematização: Quais os principais desafios enfrentados na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais de Sumé-PB?

A educação inclusiva trata-se de uma política com o intuito de garantir a todos os alunos o acesso à educação de qualidade e ao desenvolvimento de suas potencialidades, independente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. Assim, o estudo acerca dos desafios na implementação do AEE justifica-se pelo seu papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva efetiva, que além de contribuir com o desenvolvimento educacional e social de todos os alunos, respeita e valoriza sua diversidade construindo uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

A seguinte seção trata-se do referencial teórico referente ao objeto de estudo desta pesquisa, no qual foi dividido em quatro subseções referentes à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado e a importância e desafios da implementação do AEE em municípios.

2 O AEE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O presente capítulo traz o embasamento teórico sobre o objeto de estudo dando sustentação científica ao artigo, o referencial teórico.

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A Educação Especial como modalidade de educação escolar pode ser entendida como:

“um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.” (Bezerra, 2020).

A Educação Especial é um sistema de ensino que objetiva um atendimento especializado para pessoas com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e/ou de comportamento, altas habilidades ou superdotação, porém sua configuração se deu por meio de um sistema da exclusão dessas pessoas das turmas regulares (Moraes, 2023).

De acordo com Luckesi (2018), com o aumento das demandas e das expectativas da sociedade, os profissionais da educação inclusiva passaram a buscar novas abordagens pedagógicas que promovam a integração efetiva dos alunos no sistema educacional. Para o mesmo autor, a partir da década de 1990, a educação inclusiva se consolidou como uma prioridade nos sistemas educacionais, sendo reconhecida como uma responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país garantir a qualificação de todas as crianças e jovens, envolvendo conteúdos, conceitos, valores e experiências que se concretizam no processo de ensino-aprendizagem escolar.

Lima (2022) destaca que a educação inclusiva está intrinsecamente relacionada à garantia do direito ao acesso e à permanência no sistema educacional para todos os alunos. Nesse processo, a exclusão é substituída pela identificação e superação das barreiras que impedem o desenvolvimento educacional, social e pessoal. Para que isso se concretize, é fundamental a capacitação contínua de professores e gestores das instituições de ensino, a fim de promover um alinhamento adequado de todos os processos pedagógicos. Somente assim, a

educação será capaz de atender a todas as suas demandas, incluindo as de alunos com necessidades específicas, promovendo sua inclusão e desenvolvimento integral.

Diante do exposto, é fundamental apresentar uma breve descrição do contexto histórico da educação especial e da educação inclusiva no Brasil. A partir da década de 1970, com a educação especial sendo reconhecida como uma questão pública no sistema educacional, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) no Ministério da Educação, em 1973. Em 1986, esse centro foi transformado na Secretaria de Educação Especial (SEESP), impulsionando a inclusão da educação especial nas redes públicas de ensino (Rabelo, 2024).

Em 1994, a Declaração de Salamanca representou um marco fundamental ao reafirmar o direito à educação para todos, sem discriminação, incluindo os cidadãos com necessidades educacionais especiais. Outrossim, é importante destacar alguns dos principais pontos presentes nesse documento:

REAFIRMANDO o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais, RELEMBRANDO as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1998).

Na primeira década do século XXI, o Brasil avançou significativamente no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional. Em 2003, foi lançado o Programa Educação Inclusiva, cujo objetivo era aprimorar o sistema de ensino, promovendo a inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade e ampliando a formação de gestores e professores nos municípios brasileiros, garantindo o acesso equitativo à educação para todos (BRASIL, 2008).

Em 2007, a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), por meio da Portaria Normativa nº 13/2007, representou mais um passo na consolidação da política educacional inclusiva. Além desse programa, um conjunto de outras iniciativas foi desenvolvido para fortalecer e expandir a educação inclusiva no país (BRASIL, 2007).

No ano seguinte, em 2008, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou a garantia do direito a uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008, p. 5).

Sob essa ótica de avanços, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltado para alunos com necessidades educacionais específicas, contando com o suporte das

Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses aspectos serão aprofundados nas seções seguintes.

2.2 SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

Em 2007, foi implementado o programa de SRM com o intuito de “apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e na oferta do AEE, contribuindo para o fortalecimento do processo de inclusão do alunado da educação especial nas classes comuns do ensino regular” (Tosta; Júnior; Viegas, 2012, p. 06).

A implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) se trata da viabilidade do Atendimento Educacional Especializado permitindo que o aluno permaneça na sala de aula regular e receba o atendimento especializado no contraturno para potencializar sua aprendizagem. Assim, as SRM são fundamentais no ato de garantir ao seu público alvo o acesso a uma educação de qualidade capaz de possibilitar o desenvolvimento dos alunos de forma inclusiva (Rosa, 2024).

Por conseguinte, o Documento Orientador Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais destaca que:

Todos os alunos, público-alvo da educação especial, devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidades da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao de ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamento, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudante público-alvo da educação, com autonomia e independência no ambiente educacional e social (2010, p. 6)

Assim, percebe-se que para o aluno participar do AEE ele deve estar devidamente matriculado na rede de ensino, e esse atendimento deve ser realizado em horário oposto ao do ensino regular para que não haja interrupções ou gere dificuldades no acesso a ambos. Além disso, a SRM deve dispor de diversos recursos e materiais para o devido atendimento aos alunos, respeitando suas particularidades.

Para que o trabalho pedagógico da SRM tenha uma estrutura adequada quanto ao planejamento dos professores, gestores e demais envolvidos, se faz necessária a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) por parte dos professores para que se torne possível a identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e acessíveis

para o enfrentamento dos desafios frente à permanência dos alunos com necessidades especiais na instituição de ensino (BRASIL, 2007, p. 10).

À vista disso, vale ressaltar que:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, p. 10).

No entanto, percebe-se que a SRM é fundamental para o desenvolvimento de ações que visam o atendimento aos alunos com necessidades especiais, ampliando o desempenho dos mesmos e promovendo a participação em atividades de socialização e a obtenção de novos conhecimentos através do AEE.

2.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O AEE se trata de um programa do Governo Federal cujo intuito é servir de suporte para alunos com necessidades especiais de modo que facilite seu aprendizado no âmbito escolar, sendo uma ferramenta essencial na promoção da educação inclusiva. Assim, o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008, ressalta que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Assim, o AEE, implementado inicialmente pela Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, trata-se de um serviço essencial para a educação especial devido a sua capacidade de complementar o desenvolvimento do seu público alvo promovendo autonomia e independência ao mesmo (Barros, 2024).

O AEE nas escolas de ensino regular deve ocorrer preferencialmente em SRM, ambiente com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais do atendimento

educacional especializado com a devida capacitação para atender a esses alunos com o devido suporte de forma eficaz (MEC, 2007). Assim, seu objetivo principal é oferecer apoio pedagógico a alunos com necessidades específicas por meio da identificação e criação de recursos que eliminem os obstáculos de aprendizagem e favoreça a participação plena desses alunos respeitando suas particularidades (Picolini; Flores, 2021).

Quanto à implementação eficaz dos serviços do AEE e sua capacidade de atender as diferentes demandas dos alunos, cabe ressaltar a importância da elaboração de planos que visam a identificação das necessidades educacionais dos alunos atendidos pelo programa. Dentro desse contexto, tem-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), uma ferramenta utilizada para personalizar o ensino e o atendimento voltado a identificação das necessidades individuais dos alunos de modo que possibilite o devido suporte para o desenvolvimento escolar e social dos mesmos (Narciso et al., 2024).

Além disso, Almeida e Capuzzo (2023, p. 65) ressaltam que “o PEI possibilita uma abordagem centrada no aluno, considerando suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo”, assim, as individualidades dos alunos passam a ser vistas e reconhecidas gerando oportunidades de aprendizado de forma igualitária e inclusiva.

Stainback & Stainback (2004) discorrem sobre a importância do diálogo entre os atores da educação inclusiva e o compartilhamento de experiências e conhecimentos em prol da ampliação do processo educativo. No entanto, cabe destacar a formação de professores capacitados para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais com um Atendimento Educacional Especializado como quesito fundamental para o bom desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, tendo em vista que os educadores devem estar familiarizados com técnicas de ensino capazes de atender às diversidades dos estudantes. Logo, “a inclusão de módulos de formação tecnológicas no currículo de treinamento dos professores de AEE é essencial para maximizar os benefícios educacionais e promover um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo e acessível” (Prado; López, 2024, p. 87).

2.4 IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO AEE EM MUNICÍPIOS

Levando em consideração que a educação básica tem como primeira etapa a educação infantil e que esta realidade vem sendo cada vez mais reconhecida e denominada importante no sistema educacional. Com isso, no que se refere a educação especial, vale ressaltar que:

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos. Construir uma prática flexível capaz de atender às diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta (Miranda,2019, p.11).

Conforme o raciocínio de Miranda (2019), percebe-se que a implementação da educação especial é fundamental não apenas ao seu público-alvo, mas também beneficia todo o sistema educacional tendo em vista que os professores com formação continuada referente à educação inclusiva serão capazes de atender todos os seus alunos, inclusive os do ensino regular, de forma mais flexível, justa e democrática, além de promover uma maior reflexão dos educadores sobre suas práticas de ensino.

No Brasil, a rede de educação municipal é responsável por grande parte da educação básica, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental. Isso se dá devido a descentralização do sistema educacional, prevista pela Constituição de 1988, dando autonomia aos municípios pra gerir os recursos e implementar políticas públicas de educação conforme as necessidades de cada região. Além dos benefícios, essa autonomia também traz desafios, tendo em vista a escassez de recursos financeiros e humanos em municípios de pequeno porte (Garcez, 2024)

A educação inclusiva deve vir acompanhada de uma infraestrutura adequada, profissionais capacitados e recursos pedagógicos específicos para o devido atendimento do seu público-alvo, porém, em pequenos municípios, o sistema de educação costuma obter estruturas limitadas, um menor número de escolas e de profissionais capacitados, afetando negativamente a qualidade do ensino (Santos; Leffer, 2024).

O ambiente escolar é de extrema relevância no processo de desenvolvimento dos alunos, o mesmo se aplica àqueles com deficiência. Assim, a educação inclusiva se faz importante em um contexto no qual a escola passa a adotar novas práticas de ensino e repensar suas ações voltadas à diversidade de seus alunos. Com isso, a escola deve estar em constante avaliação sobre suas ações voltadas à inclusão, de modo que potencialize o AEE (Moraes, 2024).

Além disso, sua aplicação garante que os materiais pedagógicos e o ensino adequado com educadores capacitados permitem que os alunos com necessidades específicas possam ser beneficiados com o devido desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades e, conseqüentemente, aumenta o número de alunos com necessidades específicas matriculados em turmas de ensino regular (Marques, 2023).

Quanto aos desafios enfrentados na implementação de políticas educacionais inclusivas em municípios, um dos mais críticos, segundo Oliveira (2020), é a escassez de infraestrutura adequada para o atendimento especializado, além disso, o autor destaca que a incapacidade financeira da gestão local dificulta o processo de aprendizagem desses alunos, que poderia ser ampliado com tecnologias assistivas.

Bergmann, (2021) explica que as limitações de recursos financeiros tornam inviáveis a implementação de adaptações nas escolas, inclusão de rampas e acessibilidade, banheiros adaptados e SRM. Além disso, ressalta que o apoio das famílias, gestores e da comunidade local pode ser um quesito fundamental para a implementação da inclusão no sistema de ensino de maneira efetiva, porém, esse ainda é um desafio, tendo em vista que a interação entre o sistema de educação e a comunidade pode trazer tanto melhorias na qualidade da educação inclusiva quanto gerar maiores dificuldades.

Outro desafio crítico na educação especial é o baixo índice de profissionais com a devida capacitação para atuar nessa área específica devido ao fato de os municípios não conseguirem proporcionar capacitações regulares para seus educadores, mesmo diante da conscientização de sua importância (Nozu, 2021). A esse respeito, Mota Rocha (2018), destacam que a carência de capacitações para os professores, faz com que eles se vejam despreparados para lidar com a alta demanda das necessidades específicas do público alvo da educação inclusiva, prejudicando a inclusão e o desempenho dos mesmos.

Posteriormente, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para este estudo possui finalidade exploratória, permitindo maior compreensão acerca do objeto de estudo com base na realidade do local de pesquisa. Seu método é qualitativo, estando alinhado com pesquisas que possuem uma problemática mais profunda, ou seja, o método qualitativo busca compreender a complexidade de fatos específicos dentro de um determinado contexto (Sampaio, 2022). O método adotado se adequa a esta pesquisa cujo intuito é a análise da Educação Inclusiva frente ao AEE e seus desafios tendo em vista que o mesmo permite um melhor entendimento de suas particularidades no contexto educacional.

3.1 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas, onde, segundo Sampaio (2022), trata-se da técnica mais apropriada quando o pesquisador busca obter informações sobre determinada temática por meio da ótica do entrevistado.

Com base nos objetivos traçados, foram elaborados três roteiros de entrevistas semiestruturados com perguntas abertas, sendo o primeiro roteiro destinado à coordenação do AEE visando a compreensão do funcionamento do atendimento especializado nas escolas da rede pública de ensino, bem como os desafios de implementação do mesmo. O segundo roteiro foi direcionado aos profissionais atuantes da educação especializada com o intuito de obter uma percepção geral dos profissionais quanto aos desafios de implementação do AEE. O terceiro e último roteiro destinou-se às mães de alunos atendidos pelo programa, possibilitando ampla compreensão do atendimento prestado pelas escolas do município analisado e dos desafios existentes acerca da percepção das mães de alunos atendidos.

Portanto, para a coleta de dados por meio de entrevistas foi realizado um primeiro contato na Secretaria de Educação municipal para apresentação da pesquisadora e do objeto de pesquisa através de uma carta de apresentação, além disso, buscou-se aceitação da coordenadora do AEE para realização da entrevista com a mesma, bem como a autorização para realização de entrevista com os profissionais. O contato com as mães foi realizado por meio de indicações.

Desse modo, foram selecionados um membro da Secretaria de Educação (SEDUC), responsável pela coordenação do AEE no município analisado, três professores do AEE, sendo

um do ensino infantil e dois do ensino fundamental I e II e quatro mães de alunos atendidos pelo programa, que de forma voluntária aceitaram realizar as entrevistas.

As entrevistas com os profissionais foram realizadas nas escolas em que atuam, com duração média de 17 minutos. Com as mães, as entrevistas foram realizadas em suas casas com duração média de 10 minutos. Vale ressaltar, que todas as entrevistas foram realizadas com gravação de áudio por meio de aplicativo de celular denominado “Gravador de Voz”, com autorização dos entrevistados, e posteriormente transcritas através do aplicativo “Zapia AI – Assistente Pessoal”.

Diante das informações coletadas, foi realizada uma análise de conteúdo, onde, segundo Valle e Ferreira (2024), refere-se à uma análise dos dados gerados a partir de entrevistas, questionários e outras técnicas de pesquisa que buscam identificar as percepções dos participantes sobre a temática do estudo a ser realizado.

As técnicas utilizadas para a realização deste estudo justificam-se por se tratar de métodos que se adequam aos objetivos traçados e enriquecem o conjunto metodológico proporcionando uma análise completa da temática e contribuindo para uma conclusão bem elaborada e coerente com o que se busca com a análise.

Na apresentação dos resultados das entrevistas, optou-se por incluir apenas as falas que mais diretamente contribuem para o entendimento das questões centrais da pesquisa. A escolha dos dados se baseou na relevância para os objetivos específicos do estudo, assegurando que as informações fornecidas pelos participantes fossem utilizadas de maneira a enriquecer a análise e discussão.

Na seção 4 consta a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas, bem como a discussão dos resultados obtidos.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para aprofundar a compreensão sobre o contexto do estudo e o funcionamento das escolas municipais, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município em análise. Esse procedimento possibilitou a obtenção de informações detalhadas sobre a estrutura e a dinâmica do AEE, os principais desafios enfrentados em sua implementação e as estratégias para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão do serviço.

Segundo a coordenadora, a rede pública municipal conta com dez escolas, sendo duas creches, cinco escolas de ensino fundamental I e II na zona urbana e três na zona rural. Todas essas instituições dispõem de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para a realização do AEE, atendendo aproximadamente 175 alunos em toda a rede, com sessões individuais de 50 minutos 2 vezes por semana.

Em relação ao financiamento, sete escolas foram contempladas com recursos do Ministério da Educação (MEC), enquanto duas possuem verbas ainda não utilizadas e uma não tem previsão de recebimento de recursos. Além disso, todas as unidades escolares contam com cadeiras de rodas fornecidas pelo programa Acessibilidade.

Quanto à acessibilidade, embora todas as escolas sejam consideradas adequadas, apenas quatro – duas creches e duas escolas de ensino fundamental – seguem integralmente o novo padrão do MEC. As demais passaram por adaptações para atender às necessidades dos alunos.

Quanto aos profissionais envolvidos na implementação do AEE, a coordenadora do programa responde que atualmente a rede de ensino municipal conta com professores efetivos e contratados com formação em pedagogia e em educação especial, além disso, a maioria deles também são psicopedagogos. Além dos professores que atuam na sala de AEE, outros profissionais estão envolvidos na sua implementação, como a psicóloga escolar, psicólogos do município, gestores, coordenadores e, quando necessário, a equipe de saúde, onde os gestores e coordenadores atuam na administração do programa nas escolas e os psicólogos e equipe da saúde atuam em prol de garantir a saúde emocional e física dos alunos.

Ainda com base nas respostas dadas pela coordenadora, o diagnóstico dos alunos que necessitam desse atendimento é realizado de duas formas, a primeira é a partir do laudo apresentado pelos pais e, a segunda inicia com o que é observado pelos professores da sala regular, após essa observação, caso haja necessidade, o aluno passa por avaliação pedagógica e psicológica para analisar se aquela criança possui alguma condição que necessite do AEE.

Sobre os desafios enfrentados na implementação do AEE nas escolas do município, a coordenadora ressalta que o maior desafio é compreender que o aluno antes de ser do AEE, ele é aluno da escola e sua vida escolar está ligada em sua maioria à sala regular. Como sugestão de melhoria, a entrevistada ressalta que, em sua concepção, a rede possui um serviço muito bom quando comparado com outros municípios em relação à infraestrutura e recursos disponíveis, porém, o diálogo com os pais é algo que poderia ser melhorado.

Nas subseções seguintes serão discutidas as percepções dos profissionais e das mães entrevistadas referente à implementação do AEE no município de Sumé-PB a fim de atender os objetivos traçados para este estudo.

4.1 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Conforme descrito anteriormente, foram entrevistados 3 profissionais atuantes do AEE nas escolas municipais da rede pública. Dessa forma, em prol de manter a confidencialidades dos participantes envolvidos no estudo, serão utilizadas as seguintes nomenclaturas: Professor 01; Professor 02 e Professor 03.

Os seguintes quadros constam as respostas correspondentes a cada pergunta realizada aos professores 01, 02 e 03.

Quadro 1 - Quais os principais desafios enfrentados na implementação do AEE na sua escola?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Professor 01	É a aceitação dos pais e querer ajuda para o próprio filho, que tem alguns pais que são bem resistentes e às vezes acaba não aceitando, mas quando aceita, fica tudo tranquilo. Aí dá para a gente fazer nosso trabalho, mas não é fácil.
Professor 02	Na maioria das vezes ainda é a maneira como ele é visto, ele ainda é visto como um reforço, como uma forma de “segurar” aquele menino que está descompensado.
Professor 03	A principal é recursos. A escola não tem todos os recursos necessários, vem verba, vem materiais, mas a gente, assim, como trabalha com crianças especiais a gente precisa de mais materiais aí é essa dificuldade que a gente encontra porque a gente tem que fazer, criar o próprio material. Quando não existe, a gente cria.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O entrevistado 01 aponta a resistência de alguns pais em aceitar a necessidade de ajuda especializada para seus filhos como um desafio existente na implementação do AEE. Esse fator pode ser um grande obstáculo, pois sem a colaboração das famílias, torna-se difícil trabalhar de forma integrada e eficaz no desenvolvimento do aluno. O entrevistado 02 explica que a forma como o AEE ainda é vista é um desafio persistente, tendo levando em consideração que muitos ainda veem esse atendimento como reforço ou uma forma de “segurar” o aluno que apresenta dificuldades. Essa visão reflete uma compreensão limitada sobre o papel do AEE.

A resposta dada pelo entrevistado 03, mostra que as limitações de materiais e verba são um dos maiores obstáculos enfrentados pelo atendimento especializado, tendo em vista que apesar de haver disponibilização de recursos, o mesmo ainda é insuficiente e se torna necessário a criação de materiais pelos professores para atender as necessidades dos alunos. Essa escassez de recursos pode impactar diretamente na qualidade do atendimento, comprometendo a execução das atividades pedagógicas.

Segundo Bergmann (2021) as limitações dos recursos financeiros impossibilitam a implementação de adaptações nas escolas, inclusive a implementação de SRM com os recursos adequados para o desenvolvimento dos alunos. Além disso, o autor enfatiza o apoio das famílias como quesito essencial para a implementação efetiva da inclusão no sistema de ensino.

Quadro 2 - A escola possui uma estrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Professor 01	Sim, sim. Nós temos aqui duas salas de atendimento, com três professoras, porque o público nosso aumentou esse ano. Então, nós temos essas duas salas e a escola dá esse suporte para a gente, sim. É uma escola bem inclusiva, a creche.
Professor 02	Dizer que é adaptada é muito relativo por que são características diferentes. Temos alguns com hipersensibilidade, outros que são gostam de ambientes fechados, então, para uns está adaptado, mas, para outros, algumas alterações seriam necessárias. Se caso recebêssemos um aluno cadeirante, talvez a acessibilidade não seria tão boa, mas aí vamos adaptando aquilo que a gente pode e conhecendo o aluno e adaptando o que a gente pode para a realidade dele.
Professor 03	Sim, toda a escola é acessível, tem rampas, tem escada, banheiros acessíveis também e profissionais capacitados também.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A estrutura escolar adequada para atender as necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento é uma questão complexa, visto que cada aluno possui uma necessidade específica. De acordo com os entrevistados 01 e 03, as escolas em que atuam possuem uma infraestrutura inclusiva e capaz de atender as necessidades dos alunos com uma estrutura física adequada. Já o entrevistado 02 reconhece que sua escola necessita de adaptações, embora essa seja uma questão relativa por depender das características individuais de cada aluno. Ele menciona que, caso receba algum aluno cadeirante, algumas modificações seriam necessárias para garantir a acessibilidade para esse aluno já que a escola não possui uma estrutura adequada e acessível.

Tendo em vista que das 10 escolas municipais apenas 04 estão dentro do padrão do MEC em relação à infraestrutura adequada, nota-se que esse é um desafio enfrentado pelo município de Sumé-PB no âmbito da educação especializada, onde, segundo Oliveira (2020), é um dos mais críticos e pode dificultar o processo de aprendizagem dos alunos atendidos.

Sabendo que todas as escolas da rede municipal possuem SRM, foi questionado aos profissionais entrevistados se essas salas possuem os recursos necessários para o desenvolvimento dos alunos atendidos. A partir das respostas obtidas notou-se que os recursos necessários em uma sala de recursos podem variar de acordo com as especificidades dos alunos.

O entrevistado 01 destaca a importância de um ambiente adaptado com materiais como livros didáticos e de leitura, blocos para comunicação alternativa e outros materiais pedagógicos que possibilitem a realização de um trabalho gradual e personalizado. Já o entrevistado 02 observa que, no caso da escola onde atua, não há necessidade de materiais altamente especializados, uma vez que a escola não possui alunos com deficiências como baixa visão ou surdez. Contudo, o entrevistado ressalta que a sala conta com recursos capazes de atender as necessidades dos alunos.

O entrevistado 03 relata a existência de duas salas, uma para atender alunos do fundamento I e outra para os alunos do fundamental II, de modo a atender eficazmente as diferentes faixas etárias. O entrevistado ainda menciona que, embora a sala disponha de materiais adequados, ainda há uma carência de recursos específicos, como a ponteira para Reglete, que é essencial para alunos com deficiência visual. No caso da falta desse material, a improvisação é uma solução encontrada que não prejudicar o atendimento.

Em suma, os recursos necessários para o funcionamento de uma sala de recursos incluem materiais pedagógicos diversos, adaptações específicas e, em alguns casos, a capacidade de improvisação na ausência de determinados recursos. É essencial a disponibilidade dos recursos adequados e suporte necessário para o desenvolvimento das

potencialidades dos alunos, porém, vale ressaltar que a falta de certos materiais é um desafio para a efetividade de atendimento.

Diante do questionamento referente aos recursos que não estão disponíveis na sala de atendimento especializado e que os profissionais consideram essenciais, os entrevistados enfatizam que, além da capacitação profissional e da compreensão das necessidades dos alunos, a carência de recursos específicos como projetores multimídia, jogos e materiais concretos representa um desafio existente nas salas de AEE, dado que esses recursos são fundamentais para tornar o ambiente mais interativos, adaptado às formas de aprendizado divergentes e para envolver os alunos de forma eficaz no processo educacional.

Quadro 3 - Você se considera devidamente capacitado para atuar no AEE? Por quê?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Professor 01	Sim, a gente faz muito curso de capacitação, todos os anos sempre temos um curso. Eu tenho uma pós de psicopedagogia e tenho agora, estou concluindo uma pós de atendimento educacional especializado, só público de AEE. Eu estou terminando essa pós, ainda não concluí, esse ano eu concluo, se Deus quiser.
Professor 02	Hoje bem mais, eu comecei como pedagogo, mas hoje eu me sinto capacitado, conheço as necessidades dos meus alunos e busco sempre trabalhar o desenvolvimento das potencialidades deles. Também realizamos cursos de capacitação sempre que ofertados.
Professor 03	Sim. Porque além da nossa formação, da graduação, a gente sempre faz curso o ano todo. A gente termina um, inicia outro, às vezes a gente está fazendo até dois ao mesmo tempo. Então a gente sempre está fazendo esses cursos oferecidos pela UEPB, UFCG.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A capacitação profissional para atuar no AEE é um aspecto central nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento de estratégias eficazes para atender as demandas dos alunos atendidos. À vista disso, o entrevistado 01 destaca participação ativa em cursos de capacitação profissional realizados anualmente, além de já ser pós-graduada em psicopedagogia e estar finalizando outra pós-graduação em AEE, refletindo o seu compromisso com a formação continuada e o seu entendimento sobre a importância de conhecimentos especializados para atender um público específico.

O entrevistado 02 relata que começou sua trajetória no AEE como pedagogo e que agora se sente capacitado para atender as necessidades dos seus alunos, reconhecendo suas

potencialidades e trabalhando para desenvolvê-las. Já o entrevistado 03 menciona a realização de capacitação constante com a realização de cursos durante o ano oferecidos por universidades com a Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, demonstrando a importância da formação contínua.

Segundo Nozu (2021), o baixo índice de profissionais com a devida capacitação para atuar em uma área específica com AEE é um desafio crítico na educação especial devido a incapacidade dos municípios em proporcionar capacitações para seus educadores. Porém, essa não é a realidade do município analisado, tendo em vista que, ao serem questionados sobre a existência de programas de capacitação continuada para os profissionais de AEE, os entrevistados 01, 02 e 03 responderam que esses programas existem e as capacitações são fornecidas todos os anos pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e pelo FUNAD.

4.2 PERCEPÇÃO DAS MÃES

Para manter a confidencialidade das mães envolvidas no presente estudo, serão utilizadas as seguintes nomenclaturas: Mãe 1; Mãe 2; Mãe 3 e Mãe 4.

Os quadros abaixo demonstram as respostas correspondentes às perguntas dirigidas às mães 01, 02, 03 e 04.

Quadro 4 - O que você entende sobre o AEE?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Mãe 01	É um atendimento especializado justamente para evoluir no comportamental, na fala e no desenvolvimento escolar de maneira individualizada.
Mãe 02	Como ele está dentro do TEA, o AEE é uma forma de contribuir para as habilidades que ele ainda não conseguiu atingir, tipo um reforço, adaptando os conteúdos pedagógicos para que ele possa desenvolver e alcançar o nível da turma.
Mãe 03	É um atendimento voltado para crianças especiais, e como me explicaram, o AEE não é uma fisioterapia, é um atendimento que ajuda as crianças a aprenderem coisas que não conseguem na sala de aula comum.
Mãe 04	A sala de AEE é um complemento na realidade, né? Porque quando não tínhamos as terapias, as terapias eram em Monteiro, e pela nossa luta de Sumé não ter absolutamente nada de terapia, e o que tinha custeado era pago, a gente procurou a prefeitura, as mães procuraram. E aí, no consenso junto com o prefeito, na época, foi adicionado essas salas de AEE nas escolas para dar

	suporte e um complemento às terapias que eram feitas em Monteiro. E aí ficou e se tornou um complemento e foi tão enriquecedor, que perpetuou, permaneceu.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As percepções das mães em relação ao AEE evidenciam diferentes compreensões e expectativas em relação ao serviço prestado. A mãe 01 relata o caráter individualizado do atendimento, bem como sua importância para o desenvolvimento do aluno. Já a mãe 02 associa o AEE ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e enfatiza sua importância no desenvolvimento das habilidades do aluno por meio do suporte adequado.

A mãe 03, por sua vez, diferencia o AEE de habilidades terapêuticas, compreendendo-o como um atendimento voltado ao aprendizado de crianças com necessidades especiais. Por fim, a mãe 04 descreve o AEE como parte de uma luta por acesso a terapias o descrevendo como um complemento fundamental para suprir a carência de serviços especializados em sua localidade.

Dessa forma, percebe-se que o AEE é compreendido de diferentes maneiras, mas sempre como um suporte essencial para a inclusão e o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos pelo programa. Nesse sentido, em conformidade com Bergmann (2021), a compreensão da importância do AEE por parte das mães dos alunos que necessitam desse atendimento é fundamental para garantir tanto o progresso acadêmico quanto a efetiva inclusão desses estudantes.

Quadro 5 - Há uma comunicação ativa entre a escola e sua família sobre o AEE?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Mãe 01	Sim, só não nos incluíam, eu que tinha que ficar indo procurar como ele estava.
Mãe 02	Existe, mas sou eu quem procuro mais.
Mãe 03	Agora sim, na escola atual estão sempre me informando sobre o desenvolvimento delas, mas na escola que elas estudavam antes não havia comunicação ativa, só foi feita uma reunião comigo sobre o AEE e eu não sei nem se elas estavam realmente frequentando a SRM devido à falta de comunicação por parte da escola.
Mãe 04	Sim, sim. A sala de AEE tem todo o cuidado, as escolas, não estou falando só na questão da Zélia Braz, mas estou falando como líder do grupo, estou falando com a acessibilidade que tem a escola, com a sala de AEE e os familiares que precisam do serviço. Então, tem toda uma comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As mães entrevistadas possuem percepções divergentes em relação a comunicação entre a escola e a família sobre AEE. A mãe 01 e a mãe 02 relatam a existência da comunicação, porém a iniciativa sempre parte delas para obtenção de informações sobre o desenvolvimento de seus filhos, indicando uma relação pouco proativa por parte da escola. A resposta obtida pela coordenadora do AEE referente a sugestão de melhorias na implementação do programa reafirma a ausência dessa comunicação por parte da escola quando destaca o diálogo com as famílias como algo a ser melhorado.

A mãe 03 ainda reforça essa percepção ao mencionar que, na escola em que suas filhas estudaram anteriormente, a comunicação era limitada a uma única reunião gerando dúvidas sobre a frequência de suas filhas ao atendimento. No entanto, a mesma destaca que na escola em que estudam atualmente a comunicação melhorou significativamente. Em contraste, a mãe 04 apresenta uma visão positiva afirmando que há um cuidado em relação ao diálogo entre a escola, a sala de AEE e os familiares, indicando uma comunicação mais estruturada.

Essas diferentes perspectivas indicam que algumas famílias enfrentam desafios para obter informações e outras percebem avanços na comunicação, ressaltando a importância do envolvimento contínuo da escola para garantir a transparência e a efetividade do AEE.

Quadro 6 - Na sua concepção, seu filho(a) recebe um atendimento adequado no AEE? Qual o nível de dificuldade enfrentado pelo seu filho(a) para o acesso aos recursos do AEE?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Mãe 01	Sim, tanto que ele evoluiu bastante. Sem dificuldades para acessar o programa.
Mãe 02	Sim, o atendimento é adequado. Nenhuma dificuldade, desde o ano passado (2024) que ele é atendido pelo AEE e a profissional realizou um bom trabalho conseguindo alcançar seus objetivos e eu como mãe também e foi a própria escola quem entrou em contato comigo para saber da possibilidade de ele ser atendido pelo AEE.
Mãe 03	Sim, o atendimento é adequado. Nenhuma dificuldade.
Mãe 04	Então, foi um suporte que foi dado, as terapias ainda estão longe de ser o que a gente pensa ou sonha, porém, é o que a gente tem no momento e é o que a gente se agarra, é o que a gente ajuda a escola. Porque a escola sozinha não faz nada, a prefeitura sozinha não faz nada, nós quanto família também sozinhos, a gente também não faz nada. Então é um conjunto, todo mundo junto, segurando na mão de todo mundo. É claro que tem as falhas, tudo custa, tudo é por dinheiro e assim vai. O que temos não está nem perto do que sonhamos, mas se não tiver o que temos hoje também, não anda. Nenhuma dificuldade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A noção das mães sobre o atendimento prestado na sala de AEE e a facilidade de acesso ao programa é amplamente positiva. A mãe 01 destaca a evolução de seu filho, enquanto a mãe 02 reforça a qualidade do atendimento e o papel ativo da escola ao sugerir a participação da criança no AEE. A mãe 03 também confirma a adequação do atendimento e a ausência de barreiras para acesso ao mesmo. Já a mãe 04 reconhece a necessidade de um esforço entre as partes, como escola, prefeitura e famílias, para que o serviço funcione adequadamente, apontando que, apesar das limitações financeiras e estruturais, o AEE representa um avanço significativo para a localidade.

As respostas obtidas demonstram que, apesar dos desafios existentes, o acesso ao programa tem sido facilitado e o atendimento é, de forma geral, bem avaliado pelas famílias.

Quadro 7 - Seu filho possui acesso a uma SRM na escola em que estuda? Se sim, a SRM possui os recursos adequados para o desenvolvimento do seu filho?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
Mãe 01	Sim. Sim, mas não completos.
Mãe 02	Sim. Ainda não, o autismo é muito visual, inclusive o meu, e se ele aprende visualmente a SRM deve obter todos os recursos possíveis para o aprendizado dele e não foi isso que observei quando conheci a sala, o que vi foi uma estante com alguns livros, que ele ainda não consegue ler por estar na alfabetização, e alguns poucos recursos que considero insuficientes para o aprendizado dele.
Mãe 03	Sim. Me apresentaram os recursos que utilizam na sala e considero adequados.
Mãe 04	Sim, a sala de AEE das escolas do município não é completa, não é perfeita, como eu havia dito. Porém, as meninas se desdobram para fazer tudo funcionar direitinho.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A mãe 01 e a mãe 04 concordam que os recursos disponíveis não são completos, esclarecendo que, apesar das limitações, os profissionais se esforçam para garantir o funcionamento efetivo do atendimento. A mãe 02, no entanto, especifica o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e ressalta que o autista existe matérias visuais e que a SRM precisa de mais recursos adaptados para atender essa necessidade. A mesma relata que os materiais observados, como livros, não atendem plenamente ao processo de aprendizagem do seu filho. Já a mãe 03 tem uma visão mais positiva, afirmando que os recursos que lhes foram apresentados se adequam às necessidades de suas filhas.

As respostas das mães entrevistadas evidenciam que, apesar da SRM dispor de materiais de apoio, ainda há desafios na personalização dos recursos para atender às especificidades dos alunos, especialmente aqueles com TEA.

As mães entrevistadas apontaram algumas sugestões de melhorias para o AEE frente às suas preocupações estruturais e pedagógicas que podem impactar diretamente a qualidade do serviço oferecido. Um dos principais pontos levantados foi a ampliação do ambiente onde o atendimento é realizado, visto que algumas escolas possuem salas muito pequenas, podendo prejudicar o conforto dos alunos e o desenvolvimento das atividades.

Além disso, há uma demanda por mais recursos de aprendizagem e que possibilitem estratégias pedagógicas mais diversificadas e eficazes. Outra sugestão apontada foi a ampliação do tempo de atendimento, já que os 50 minutos disponibilizados atualmente é visto como insuficiente para atender plenamente as necessidades dos alunos.

A formação continuada dos profissionais que atuam no AEE foi sinalizada como essencial para melhoria do atendimento, porém, os dados coletados para este estudo mostram que a formação continuada desses profissionais já é disponibilizada pela rede de ensino municipal através de parcerias com outros órgãos públicos.

As mães também explicitam a importância de contar com profissionais que tenham vocação e paixão pelo que fazem, pois acreditam que isso impacta diretamente a qualidade do atendimento. Além disso, sugerem a inclusão de uma equipe multidisciplinar dentro da sala de AEE, composta por psicólogos e psicopedagogos, para dividir responsabilidades e evitar a sobrecarga de apenas um profissional.

Na seção seguinte, constam as considerações finais acerca do estudo realizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu seus objetivos ao analisar a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Sumé-PB, identificando os principais desafios enfrentados e a eficácia do atendimento prestado. Os dados coletados por meio de entrevistas ressaltam que o AEE se configura como um instrumento essencial para a garantia do desenvolvimento intelectual e social dos alunos atendidos, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo. Entre os desafios encontrados no decorrer da pesquisa, destaca-se a resistência dos pais em aceitar a necessidade de ajuda especializada, a escassez de recursos financeiros e materiais adequados, infraestrutura inadequada na maioria das escolas não atendendo aos padrões adequados de acessibilidade.

Por meio dos depoimentos analisados, percebe-se que as percepções dos profissionais e das mães de alunos atendidos revelam uma compreensão mútua referente a importância do AEE, embora tenham destacado a necessidade de melhorias na comunicação entre a escola e as famílias. Apesar dos obstáculos existentes, as mães demonstram satisfação com o atendimento.

Os resultados indicam que o município de Sumé-PB enfrenta alguns desafios significativos quanto a implementação do AEE, tendo em vista que ainda há uma escassez de recursos voltados ao desenvolvimento educacional dos alunos com necessidades especiais, fazendo com os profissionais da sala tenham que criar materiais ou até mesmo utilizar a cerâmica da escola para ensinar sobre reta, como destacado por um dos profissionais entrevistados. Essa ausência de recursos pode dificultar o processo de desenvolvimento dos alunos e gerar maiores dificuldades, bem como a resistência de alguns pais em aceitar que o filho necessite de atendimento especializado.

Outro desafio é a inadequação da maioria das escolas referente à infraestrutura e acessibilidade, embora todas as escolas possuem cadeiras de rodas para atender alunos com deficiência física e facilitar sua mobilidade, outros quesitos são importantes nesse quesito, como banheiros adaptados e rampas. Nos casos de alunos com deficiência de visão, é necessário a existência de pisos táteis e corrimãos. Assim, a implementação de uma infraestrutura adequada em todas as escolas é fundamental para a liberdade do aluno do ambiente escolar.

Os resultados desta pesquisa podem servir como subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas que visem a melhoria da educação inclusiva em municípios de pequeno porte, como Sumé, contribuindo para a construção de um sistema de ensino mais equitativo e acessível a todos. Além disso, é fundamental a implementação de estratégias que

considerem as particularidades locais e as necessidades dos alunos para que o sucesso do AEE e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em suma, a pesquisa reafirma a importância do AEE como um pilar fundamental para a Educação Inclusiva, destacando a necessidade de um compromisso coletivo entre gestores, educadores, famílias e a sociedade para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas individualidades e promovendo seu desenvolvimento integral.

Na seção 6 constam as sugestões de melhorias elaboradas diante dos desafios identificados durante a realização desta pesquisa.

6 SUGESTÕES DE MELHORIAS

Diante dos resultados obtidos, tornou-se possível a elaboração de um conjunto de propostas de melhorias voltadas à implementação do AEE nas escolas municipais de Sumé-PB, considerando os desafios identificados na localidade estudada por meio das percepções dos profissionais e familiares entrevistados.

Inicialmente, sugere-se a ampliação e reestruturação das Salas de Recursos Multifuncionais onde ocorrem o AEE, especialmente nas escolas que possuem ambientes pequenos e pouco adaptados para a realização do atendimento, tendo em vista que ambiente mais amplos e confortáveis contribuem de forma significativa para a realização das atividades pedagógicas e, conseqüentemente, favorecem a aprendizagem dos alunos atendidos.

Além disso, o investimento em recursos pedagógicos diversificados é de suma importância para a realização de um atendimento efetivo e inclusivo, de modo que as escolas sejam equipadas com materiais didáticos e tecnológicos capazes de possibilitar práticas pedagógicas mais criativas, inclusivas e individualizadas.

Considerando que as famílias veem os 50 minutos de atendimento disponibilizados duas vezes por semana como insuficientes, recomenda-se a ampliação do tempo de atendimentos, possibilitando um acompanhamento mais aprofundados, com tempo adequado que possibilite um acolhimento individualizado e o pleno desenvolvimento de habilidades dos alunos.

Tendo em vista que a comunicação entre as escolas e os familiares de alunos atendidos pelo AEE é considerada pouco ativa, recomenda-se a realização de reuniões periódicas com os responsáveis pelos estudantes atendidos com o intuito de esclarecer dúvidas e apresentar o funcionamento do serviço, bem como a criação de canais de comunicação acessíveis e constantes, como grupos informativos via aplicativo, para manter as famílias informadas sobre o progresso dos alunos, fortalecendo o vínculo entre a escola e os familiares, além de garantir a transparência do serviço prestado.

Por fim, considerando a ausência do AEE na escola de ensino médio da rede estadual em Sumé-PB, propõe-se a implementação de duas SRM, garantindo o direito dos estudantes público-alvo da educação inclusiva à continuidade do atendimento especializado no ensino médio. Desse modo, a proposta inclui a criação de duas salas de AEE equipada com recursos pedagógicos e tecnológicos acessíveis para essa faixa etária, a designação de professores com formação específica e capacitação para trabalhar com jovens do ensino médio, promovendo estratégias de ensino adequadas e, a realização de planejamentos entre os professores de AEE

e do ensino regular visando à adaptação curricular e o desenvolvimento efetivos das práticas pedagógicas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz. A política nacional da educação inclusiva: perspectivas, desafios e práticas em contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 3241-3252, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11859>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BARROS, Julyanne Nataly Dias. **Educação inclusiva e o atendimento educacional especializado (AEE):** percepção dos professores de ciências sobre o AEE para crianças com autismo em uma escola pública de Nova Olinda do Maranhão-MA. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/3264>. Acesso em: 16 set. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispões sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 de nov. de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 set. 2024.
- BRASIL. Documento Orientador Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Ministério da Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 set. 2024.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 673-688, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/B8T8rMXW8BzMJnNq5JBsXqK/>. Acesso em: 26 set. 2024.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva na educação infantil**. v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a2b060e8-1c0d-4432-9d68-12b43df0ae3c>. Acesso em: 22 set. 2024.
- CECHINEL, Andre et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446>. Acesso em: 18 set. 2024.
- CORREA, Luana de Souza. **Educação física e inclusão:** práticas corporais na perspectiva da educação inclusiva, em uma escola do município de Osório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/3371>. Acesso em: 08 set. 2024.
- DE SOUZA PRADO, Rosmeira Rosa; LÓPEZ, Enrique. Desafios e Eficácia do Atendimento Educacional Especializado. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 48, n. 1, p. 82-93, 2024. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5344. Acesso em: 26 set. 2024.
- DOS SANTOS, Adelcio Machado; LEFFER, Danielle Martins. Serviços de atendimento na educação especial em município de pequeno porte: Uma perspectiva inclusiva. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 40, p. 4163-4174, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/428>. Acesso em: 16 set. 2024.

GARCEZ, Liliane. **Coordenação-Geral de Estruturação do Sistema Educacional Inclusivo**. DIPEPI/SECADI/MEC. 2024. Acesso em: 12 set. 2024.

GRUPO DE TRABALHO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Elaborado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007. Brasília: Ministérios da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=381-politica-nacional-seesp&Itemid=30192. Acesso em: 08 set. 2024.

LIBERALESSO, Aline Rodrigues. UMA BREVE ANÁLISE REFERENTE A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 86–94, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10778>. Acesso em: 13 set. 2024.

LIMA, A. G. D.; SANTOS, C. A. B.; CARMO, S. M.; COSTA, S. C. Paradigmas históricos da inclusão e da educação de pessoas com deficiência visual. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan.-jun., 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Paradigmas+hist%C3%B3ricos+da+inclus%C3%A3o+e+da+educa%C3%A7%C3%A3o+de+pessoas+com+defici%C3%Aancia+visual.&btnG=. Acesso em: 15 set. 2024.

LIMA ALMEIDA, F. C.; BARROS CAPUZZO, D. Individualização do ensino por meio do planejamento: aluno autista na rede regular de ensino. *Revista Extensão*, v. 7, n. 1, p. 61-70, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/7834>. Acesso em: 17 set. 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/eduar/Downloads/admin,+26702-112267-1-CE%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/eduar/Downloads/admin,+26702-112267-1-CE%20(2).pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

MARQUES, Isabela. **A importância da inclusão escolar de crianças autistas**. Genial Care. 2023. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/inclusao-escolar-da-crianca-autista/>. Acesso em: 12 set. 2024.

MORAIS, Francisca Renata Chaves de. Avaliação do atendimento educacional especializado (AEE) como política pública de inclusão nas escolas do município de Horizonte-CE. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77441>. Acesso em: 10 set. 2024.

MORAES, Anna Lis. **Revisão bibliográfica: sensibilização do olhar docente para o processo de inclusão com empatia**. 2024. 40 fls. (Trabalho de Conclusão do Curso), Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Acesso: 31 mar. 2025.

MIRANDA, Fabiana Darc. **Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>. Acesso em: 11 set. 2024.

NARCISO, Rodi et al. PEI-PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSONALIZANDO O ENSINO PARA CADA ALUNO. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1006-e1006, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1006>. Acesso em: 21 set. 2024.

NOZU, Cesar Shoiti. **Políticas e práticas em educação especial e inclusão**. Curitiba, Íthala, 2021. Disponível em: <https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2022/01/e-book-educacao-direitos-humanos-e-inclusao.pdf#page=207>. Acesso em: 15 set. 2024.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismoe-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 14 set. 2024.

PATRICIO, Cintia Stringari; VOLPATO, Gildo. O atendimento educacional especializado (AEE): um estudo de caso em uma sala de recursos multifuncionais. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/6191>. Acesso em: 12 set. 2024.

PICOLINI, B. R. A.; FLORES, M. M. L. Professor de apoio, professor regente e práticas pedagógicas inclusivas. **Póesis Pedagógica**, Goiás, v.19, n. Edição contínua, 7 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ-PB. Prefeito Éden inaugura Sala de Atendimento Educacional Especializado na Escola Zélia Braz. Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/2017/03/prefeito-eden-inaugura-sala-de-atendimento-educacional-especializado-na-escola-zelia-braz/>. Acesso em: 05 set. 2024.

RABELO, Elizeny Pereira. EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 2206– 2215, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i8.15261. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15261>. Acesso em: 29 set. 2024.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008. Disponível em: <https://edubase.sbu.unicamp.br/items/a4aabcac-6961-4acc-84fd-e6a9a2d5cfff>. Acesso em: 08 set. 2024.

ROSA, Jéssica Danieli Ramos da et al. As salas de recurso multifuncionais como instrumento de apoio à educação especial em perspectiva inclusiva: um olhar decolonial. 2024. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2827>. Acesso em: 28 set. 2024.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. Metodologia da pesquisa. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26138>. Acesso em: 06 set. 2024.

SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/43520>. Acesso em: 24 set. 2024.

TORRES, Érika Mary da Silva; SILVA, Júlia Eduarda Cavalcante da; SILVA, Maria Daniele da; MÉLO, Davi Libânio de. INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NO MUNICÍPIO DE AMARAJI-PE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. 2189–2206, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17431>. Acesso em: 29 set. 2024.

TOSTA, Estela Inês Leite; JÚNIOR, Mndº Edson Mendes; VIEGAS, Dndª Luciane Torezan. Constituição das Políticas para Educação Inclusiva: o Programa de Implantação de Salas de

Recursos Multifuncionais. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 6, n. 10, p. 395-410, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8cfa/a51bf8cb747e5be8ea8cd9a2708434bc7264.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 15 out. 2024.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A COORDENADORA DO AEE

Apresentação do entrevistador: Camilly Silva, estudante do 6º período do curso de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Federal de Campina de Grande - Campus Sumé.

Objetivo da entrevista: Com a presente entrevista busca-se entender a dinâmica e o funcionamento do AEE no município de Sumé e os desafios enfrentados na implementação do programa sob a perspectiva da coordenação pedagógica.

Confidencialidade: Expresso o meu compromisso em manter a identificação do entrevistado em total sigilo e ressalto que a participação é voluntária.

Contextualização

1. Cargo:
2. Tempo de atuação na área de educação inclusiva:

Dinâmica e funcionamento do AEE no município

3. Atualmente, quais escolas municipais possuem o AEE?
4. Qual a estrutura do AEE nas escolas municipais e quais profissionais estão envolvidos na sua implementação?
5. No processo de atendimento, como é realizado o diagnóstico dos alunos que necessitam desse atendimento? Após a identificação dos alunos que necessitam do AEE, quais metodologias e práticas de ensino são utilizadas?
6. Qual a dinâmica utilizada na relação entre o AEE e as atividades do ensino regular?

Desafios na implementação

7. Na sua concepção, quais os maiores desafios enfrentados na implementação do AEE nas escolas?
8. A infraestrutura das escolas onde o AEE foi implementado é adequada para atender às necessidades dos alunos atendidos?
9. As escolas municipais possuem a SRM para a realização do AEE? Se sim, possuem recursos adequados para a realização do atendimento? Quais?
10. Os profissionais que atuam no AEE nas escolas estão devidamente capacitados para atuar na educação inclusiva?

11. Existem programas de formação continuada disponíveis para os profissionais que atuam nas escolas municipais? Se sim, quais?
12. Quanto aos recursos (financeiros, materiais e humanos), eles estão disponíveis para o AEE ou são limitados de forma que prejudique a implementação do programa?

Sugestões de melhorias

13. Na sua concepção, quais medidas poderiam ser tomadas para melhorar a implementação do AEE nas escolas?

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFISSIONAIS DO AEE

Apresentação do entrevistador: Camilly Silva, estudante do 6º período do curso de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Federal de Campina de Grande - Campus Sumé.

Objetivo da entrevista: Com a presente entrevista busca-se identificar os desafios enfrentados na implementação do programa sob a perspectiva dos profissionais que atuam nas escolas municipais.

Confidencialidade: Expresso o meu compromisso em manter a identificação do entrevistado em total sigilo e ressalto que a participação é voluntária.

Contextualização

1. Nome da escola analisada:
2. Cargo:
3. Tempo de atuação na área de educação inclusiva:
4. Como você definiria o AEE?

Desafios na implementação

5. Quais os principais desafios enfrentados na implementação do AEE na sua escola?
6. A escola possui uma estrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento?
7. A escola em que você atua possui uma SRM? Se sim, a SRM possui os recursos necessários para o desenvolvimento dos alunos atendidos?
8. Você se considera devidamente capacitado para atuar no AEE? Por quê?
9. Existem programas de capacitação para os profissionais que atuam no AEE? Como você avalia esses programas?

10. Quais os recursos (materiais, humanos e financeiros) disponibilizados para a implementação do AEE? Qual recurso que você considera essencial para o AEE e que atualmente não é disponibilizado na sua escola?
11. Em sua opinião, como a escola poderia apoiar melhor o AEE?
12. Como os alunos e familiares têm respondido à implementação do AEE na sua escola?
13. Na sua opinião, existe alguma resistência ou aceitação por parte dos profissionais do ensino regular em relação ao AEE? Como isso afeta o trabalho e o desenvolvimento dos alunos atendidos pelo programa?

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS MÃES DE ALUNOS ATENDIDOS

Apresentação do entrevistador: Camilly Silva, estudante do 6º período do curso de Tecnologia em Gestão Pública na Universidade Federal de Campina de Grande - Campus Sumé.

Objetivo da entrevista: Com a presente entrevista busca-se identificar os desafios enfrentados na implementação do AEE na perspectiva dos familiares.

Confidencialidade: Expresso o meu compromisso em manter a identificação do entrevistado em total sigilo e ressalto que a participação é voluntária.

Contextualização

1. Nome da escola analisada:
2. Grau de parentesco com o aluno atendido:
3. Idade do aluno e nível escolar:
4. O que você entende sobre o AEE?

Desafios na implementação

5. Há uma comunicação ativa entre a escola e sua família sobre o AEE?
6. Na sua concepção, seu filho(a) recebe um atendimento adequado no AEE? Qual o nível de dificuldade enfrentado pelo seu filho(a) para o acesso aos recursos do AEE?
7. Seu filho possui acesso a uma SRM na escola em que estuda? Se sim, a SRM possui os recursos adequados para o desenvolvimento do seu filho?
8. Você acredita que os profissionais que atuam no AEE possuem capacitação profissional para atender às necessidades do seu filho(a) ou é necessário maior capacitação? Como a devida capacitação pode impactar o atendimento ao aluno?

9. Como você avalia o ambiente escolar no que se refere a inclusão de alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento?

Sugestões de melhorias

10. Na sua opinião, quais mudanças são necessárias para melhorar a implementação do AEE na escola do seu filho?